

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA ENSINO DE GEOGRAFIA

(RECIFE)

<http://www.revista.ufpe.br/ensinodegeografia>

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

ESTÁGIO E ENSINO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Adriano Santos Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

adriano.13.geolic@gmail.com

Marluce Silvino

Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO: A sala de aula é o lugar onde os graduandos, em seu período de estágio, se defrontam com estudantes que apresentam diferentes necessidades, físicas/cognitivas, para o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, os estagiários têm que se atentar em utilizar metodologias que proporcionem o desenvolvimento de todos. Seguindo esse viés, o presente artigo tem por objetivo investigar como os graduandos praticam seus estágios em turmas com alunos que necessitam de atenção mais especializada e se há esforços para adequar as metodologias de ensino que visam a inclusão. Os sujeitos pesquisados foram estudantes do curso de Geografia-licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – campus de Caicó/RN. Para a obtenção dos dados foram aplicados questionários semiestruturados, presencialmente e via e-mail. Com as informações coletadas construímos um gráfico demonstrando a quantidade de discentes que estagiam em turmas com alunos especiais, assim como apresentamos a porcentagem de estagiários que utilizam metodologias inclusivas. Dessa forma refletimos como o curso de Geografia prepara o graduando para atuar em sala de aula no período de regência, visto que esse momento abarca a metade do curso, e como a grade curricular está estruturada para uma formação docente que vise a inclusão.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado, Estagiário, Ensino de Geografia, Metodologia, Educação Inclusiva.

STAGE AND EDUCATION OF GEOGRAPHY: CHALLENGES IN THE PERSPECTIVE OF INCLUSION

ABSTRACT: The classroom is where graduates, in their period of internship, are faced with students who present different physical / cognitive needs for the teaching-learning process. In this sense, the trainees have to be careful to use methodologies that provide the development of

all. Following this bias, this article aims to investigate how undergraduates practice their internships in classes with students who need more specialized attention and if there are efforts to adapt the teaching methodologies that aim at inclusion. The subjects studied were students of the Geography-licenciatura course of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) - campus of Caicó / RN. To obtain the data, semi-structured questionnaires were applied, in person and via e-mail. With the information collected, we constructed a graph demonstrating the number of students that train in classes with special students, as well as presenting the percentage of trainees using inclusive methodologies. In this way we reflect how the Geography course prepares the graduating class to act in the classroom in the regency period, since this time covers half of the course, and how the curriculum is structured for a teacher training aimed at inclusion.

Keywords: Supervised Internship, Trainee, Geography Teaching, Methodology, Inclusive Education.

INTRODUÇÃO

O processo de formação do professor de Geografia está direcionado em ajudá-lo no desenvolvimento de habilidades que visam auxiliar os estudantes na compreensão da dimensão espacial em que ele está inserido. Os apontamentos também são direcionados para um melhor entendimento dos diferentes contextos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da sociedade em que vivem. Através disso, as ações docentes dão amparo para a formação das suas próprias concepções enquanto sujeitos transformadores do espaço geográfico.

Para que isso seja possível é necessário que o graduando tenha um embasamento teórico bem fundamentado que viabilize a sua atuação dentro da sala de aula. Esse processo de formação oportuniza a criação de uma esfera propícia para a efetivação de estratégias que incluam estudantes que vivem sob diferentes condições físicas e cognitivas.

É visível que as escolas nos dias atuais abrangem estudantes com diferentes necessidades de atenção especial. A sua estrutura física, muitas vezes, proporciona a permanência de alunos com deficiência, seja física ou cognitiva, assim como também pessoas surdas. No entanto a infraestrutura escolar por si só não garante o direito de que todos gozem das mesmas condições de aprendizagem. O professor, enquanto agente mediador do

conhecimento, precisa criar condições nas quais todos os alunos tenham oportunidades semelhantes para o desenvolvimento das suas potencialidades.

É indispensável convir que as ações direcionadas aos estudantes, que apresentam algum nível identificável de necessidade especial, carecem de adaptações metodológicas eficazes. O professor, enquanto sujeito transformador da educação, necessita criar métodos, juntamente com a escola, para que esses alunos tenham a mesma oportunidade e igualdade de acesso ao ensino. Todavia, é importante atentar que, além do professor responsável pela disciplina, os estagiários também participam desse processo de ensino-aprendizagem, pois durante o ano muitas escolas acolhem graduandos que estão no período do estágio.

Seguindo esse direcionamento, o presente artigo tem como objetivo investigar de que modo os graduandos praticam seus estágios em turmas com alunos que necessitam de atenção mais especializada e se há esforços para adequar as metodologias de ensino que visam a inclusão de todos que estão presentes nas salas de aula.

Durante o período das atividades práticas do estágio uma porcentagem considerável de graduandos elegem turmas que, possivelmente, possuem estudantes com diferentes necessidades de atenção especial. Essas condições podem se tornar em desafios no momento em que os discentes ainda não possuem maturidade teórica e prática para incluir todos os alunos nas atividades desenvolvidas.

Para consolidar o trabalho foi necessário recorrer aos estudos de autores que discutem sobre a temática proposta. Como base teórica realizamos a leitura de Cavalcanti (1988); Fernandes (2008); Moran (2002); Pinheiro e Nascimento (2014); Silva (2014), dentre outros que discutem temas como a importância do estágio supervisionado para a formação do professor de Geografia e das metodologias que auxiliam o ensino.

A pesquisa também se orientou pelo estudo do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), do Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) – Campus Caicó/RN – buscando compreender de que modo a estrutura curricular do curso de Geografia está organizada no tocante à educação inclusiva.

Para que pudéssemos coletar os dados, utilizamos como unidade de análise discentes que estavam na terceira etapa do estágio. A amostra foi escolhida por acessibilidade e para a obtenção dos dados foram aplicadas, presencialmente, questionários para as pessoas que estavam cursando a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado.

Também aplicamos questionários via e-mail. Os endereços eletrônicos foram consultados na coordenação do curso de Geografia, assim como através do Sistema Integrado de Gestão e Atividade Acadêmica – SIGAA. Os questionários foram estruturados com 10 perguntas objetivas e descritivas. Os dados obtidos foram utilizados para a produção e análise de um gráfico que demonstra a atuação dos estagiários em suas respectivas escolas.

2. DESENVOLVIMENTO

O processo de formação inicial do profissional docente é marcado pelo cruzamento de componentes curriculares que, para além das teorias, são pensados com a intencionalidade de desenvolver as mais diversas habilidades. Com o passar do tempo a sua concepção de ensino, muitas vezes debatidas euforicamente durante esse processo de formação, podem sofrer modificações, ganhar outros significados, e com isso surgem novas formas de reflexão acerca do que se considera ser o verdadeiro “saber-fazer” docente.

A sala de aula, vista como uma unidade representativa do universo escolar, é um campo vasto, cheio de possibilidades, que proporciona ao estagiário colocar em prática grande parte do conhecimento adquirido nas disciplinas. O Estágio Curricular Supervisionado, sendo um dos principais componentes de formação, proporciona ao graduando vivenciar o cotidiano da escola e boa parte da sua dinâmica. Dessa forma:

O estágio supervisionado tem como papel a formação do futuro professor, como também possibilitar a vivência das relações do cotidiano escolar, propiciar a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a formação do novo profissional, além disso, deve viabilizar esclarecimento acerca da profissão (PINHEIRO; NASCIMENTO, 2014, P. 18).

O período em que é possível fazer parte do cotidiano da escola mais ativamente, através da prática docente, se inicia na segunda metade do curso com as disciplinas de estágio. São ao todo quatro disciplinas distribuídas em quatro semestres, as quais estão organizadas em:

- 1ª etapa: vivenciar o cotidiano da escola, identificando e problematizando sua realidade e, nessa, a do ensino de geografia (DHG0254);
- 2ª etapa: refletir sobre a realidade escolar, discutindo os problemas diagnosticados e elegendo alternativas de superação, num processo que envolva a universidade e a escola (DHG0255);
- 3ª etapa: prática docente através da regência de sala de aula no Ensino Fundamental II (DHG0256);
- 4ª etapa: prática docente através da regência de sala de aula no Ensino Médio (DHG0257) (CERES, 2008, p. 28).

Já na segunda etapa, que geralmente acontece no sexto semestre do curso, é proposto que o discente reflita sobre os possíveis problemas que a escola escolhida apresenta. Além disso

a ementa ainda propõe que os estagiários possam eleger alternativas para os problemas observados. Entende-se que o graduando já tenha abstraído a teia de relações que envolvem as instituições escolares, pois foi durante a primeira etapa que ocorreu apenas observações das aulas e de todas as subdivisões da escola. Conquanto, é no segundo período que o graduando tem um primeiro contato com a regência.

Todavia, será nas etapas três e quatro que o período de regência se concretizará com mais solidez. É primordial que se obtenha conhecimentos basilares sobre os aparelhos didáticos e tecnológicos que podem ser inseridos nas metodologias adotadas durante o planejamento das aulas. Durante esse período o estudante do curso de Geografia, em seu fazer docente, tem a possibilidade de aplicar diversas metodologias, podendo atestar a sua viabilidade e eficácia.

A forma como o estagiário planeja a aula tem que ser pensada de acordo com a população de estudantes que estão presentes nas turmas escolhidas. Muitas vezes os métodos utilizados não contemplam as diversas necessidades que os estudantes apresentam. Além disso, os meios que os professores/estagiários utilizam para reger suas aulas têm que estar de acordo com os ideais inclusivos, quais sejam:

[...] dar a esses indivíduos a oportunidade e a possibilidade de desenvolverem suas capacidades e se integrarem, de forma efetiva, na vida socioeconômica de seu país, PARTICIPANDO de forma PLENA em IGUALDADE com as pessoas consideradas normais é básico e urgente”. (ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES, 1981, p. 04).

Se atentar para uma visão mais abrangente desse processo formativo apreende-se que já nesse período os estagiários se deparam com a adversidade que faz do mundo-escola um sistema heterogêneo. Nesses espaços encontramos alunos com déficit de atenção, surdez, cegueira, deficiente físico, com paralisia cerebral, entre outros. Mesmo os estudantes apresentando diferentes condições de aprendizagens, tem que haver métodos de ensino que os incluam. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB):

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades... (BRASIL, 2007, Grifo Nosso).

É justo salientar que o estagiário, quando se depara com situações em que existem alunos com necessidades de atenção mais especializada, ainda não possui as habilidades fundamentais para utilizar metodologias que deem conta de abarcar todas as necessidades.

Nessa direção, pode ocorrer que o estagiário limite sua atuação em sala de aula e com isso possa comprometer a função das escolas inclusivas.

Concordando com Fernandes (2008, p. 22), a inclusão “[...] pressupõe a resignificação das práticas de ambos os contextos, de modo que funcionem com concepções e práticas harmonizadas em torno de um mesmo objetivo: a participação e a aprendizagem de todos os alunos, especiais ou não”.

O estudante de graduação precisa estar direcionado de alguma forma para se engajar nas lutas por um ensino sem exceções. É salutar persistir nessa discussão pelo fato de que durante o ano muitas escolas, frequentemente, recebem estagiários que passam períodos equivalentes à um (01) semestre. Com isso o estudante de graduação precisa ter cursado disciplinas específicas que abordem a temática da inclusão antes que o período de regência das aulas se iniciem.

O curso de Geografia na modalidade licenciatura possui em sua estrutura curricular as disciplinas de Seminário de Educação Inclusiva e a Língua Brasileira de Sinais – Libras – que são obrigatórias e que trata de modo intrínseco sobre diversos meios que podem ser utilizados para facilitar a compreensão dos estudantes nas aulas. Passamos a ter um conhecimento mais amplo sobre materiais didáticos disponíveis que auxiliam no acontecimento das aulas. Além disso essas disciplinas dão subsídios para que saibamos nos comunicar com alunos surdos, no caso da disciplina de Libras.

É também com o auxílio de diferentes tecnologias, incluindo as tradicionais, que o professor é capaz de intermediar os conhecimentos geográficos. Além disso, é possível que se realize alguma transformação, engendrando saberes comuns a todos que participam desse processo de ensino – aprendizagem. Libâneo (1994, p. 54) afirma que:

Podemos definir *processo de ensino* como uma sequência de atividades do professor e dos alunos, tendo em vista a assimilação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, através dos quais os alunos aprimoram capacidades cognitivas (pensamento independente, observação, análise-síntese e outras).

A partir desse ponto de vista, “a aprendizagem precisa ser centrada nos alunos, considerando suas necessidades e interesses, valorizando suas experiências e conhecimentos culturais e sociais” (GOULART, 2013, p. 395).

A geografia, sendo uma ciência que trabalha as relações espaciais da sociedade, dá conta de produzir conhecimentos essenciais para o ensino. De acordo com Cavalcanti (1988, p. 24), “a finalidade de ensinar geografia para crianças e jovens deve ser justamente a de os ajudar a formar raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço”.

O ensino tem que contemplar as vivências e experiências vividas pelos alunos, o que permite refletir sobre sua realidade e seus lugares de vivência. “Aproveitar a fala e as experiências dos alunos é considerá-lo sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, não mais como um receptor de informações prontas, mas como um sujeito que pode contribuir para a construção do conhecimento” (SANTOS, 2012, p. 107).

Com esse propósito é fundamental possuir algum domínio sobre meios e métodos utilizados para facilitar a compreensão de todos, levando em consideração as diferentes potencialidades dos estudantes. Crozara (2008, p. 03) ressalta que:

[...] o professor precisa buscar recursos que os beneficiem e atendam suas reais necessidades, mudando a forma de direcionar as práticas educativas, por meio da criação de ambientes de aprendizagem enriquecendo a capacidade intelectual do aluno, sua auto-estima e sua autonomia.

A partir do que foi exposto surge alguns questionamentos quanto as práticas de ensino durante o período de estágio na Geografia: os graduandos refletem sobre a possibilidade de efetivar o estágio em salas com alunos especiais? Mesmo a escola tendo suporte para manter alunos com deficiência frequentando as aulas, há uma tentativa de adaptação das metodologias utilizadas? Os alunos com necessidades especiais partilham das mesmas condições de acesso ao conhecimento?

Ainda é válido salientar que o conhecimento não se limita apenas a disposição e transmissão de conteúdos, pois este “[...] é sustentado sobre uma postura reflexiva do sujeito donde ele articula experiências, conhecimentos e fazeres[...]” (GARCIA; MORAES. 2014, p. 17), que por sua vez é intermediado pelas práticas em sala de aula.

De acordo com o que foi relatado, nos questionários, por alguns discentes, muitas vezes a escola dispõe de materiais didáticos que podem ser inseridos nas metodologias utilizadas, porém o pouco conhecimento sobre como utilizar esses aparelhos [como no caso da Lousa Digital] é um fator que limita a melhoria de suas práticas.

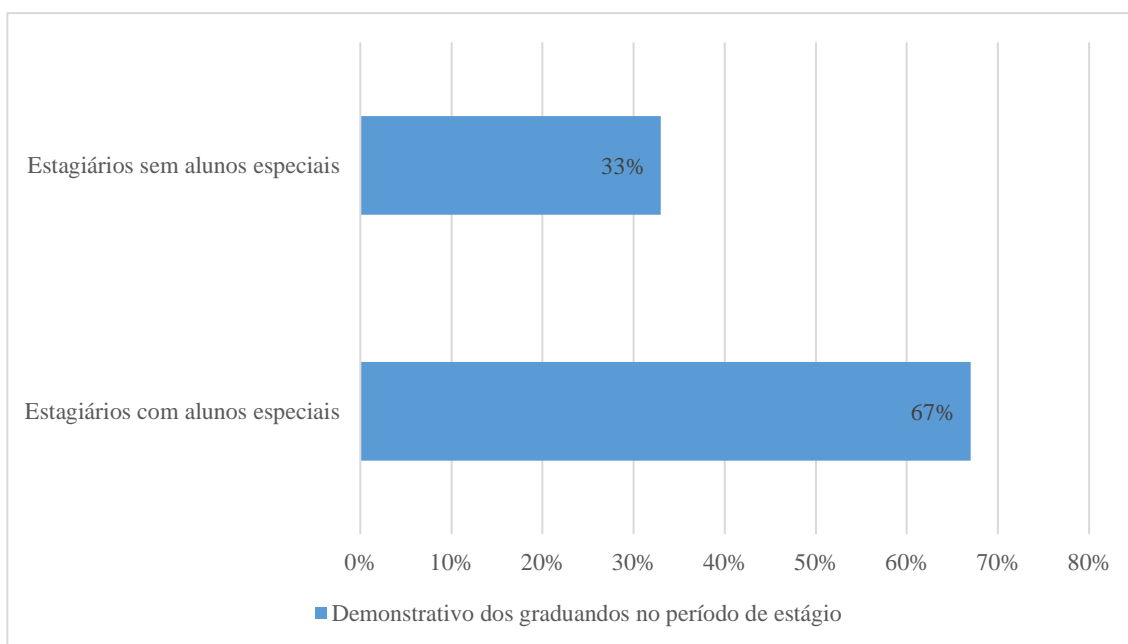
Dessa forma podemos fazer uma relação do que foi relatado com a afirmação de Pinheiro e Nascimento (2014, p.43) ao dizer que “a questão do distanciamento entre formação acadêmica e a prática docente, sobretudo em sala de aula, tem sido um dos dilemas encontrados nas pesquisas sobre a formação do professor de geografia”.

Durante o período em que os(as) graduandos(as) desenvolvem as atividades acadêmicas, é importante que a própria universidade pense em um currículo que melhor atenda às

necessidades das escolas no contexto atual. Com as escolas seguindo uma perspectiva inclusiva é natural encontrarmos alunos com diferentes necessidades de atenção especial.

De acordo com o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2016, o total de alunos matriculados no ensino básico foi de 48,8 milhões e a porcentagem de escolas que têm alunos especiais incluídos em classe comum é de 57,8%. Portanto há uma grande possibilidade dos estagiários elegerem turmas com alunos que necessitam de acompanhamento mais especializado para efetivarem a prática do estágio. Para dialogar com as informações fornecidas pelo INEP apresentamos no gráfico abaixo (ver Gráfico 01) os resultados da pesquisa realizada.

Gráfico 01: Demonstrativo dos graduandos no período de estágio



Fonte: Adriano Santos Medeiros, 2017.

Analisando o gráfico acima podemos perceber que cerca de 67% dos graduandos, ao realizar as etapas de estágio, iniciam seu período de regência em turmas que possuem alunos com alguma necessidade de atenção especial. De acordo com os dados obtidos nas entrevistas as mais frequentes são: surdez total/moderada, cegueira parcial/total, deficientes intelectuais/físicos, pessoas com déficit de atenção (DDA) e com paralisia cerebral.

A partir do que está exposto, entendemos que durante a prática de estágio os graduandos, ao reger a aula em turmas com alunos especiais, necessitam utilizar metodologias que auxiliem na mediação dos conteúdos geográficos e que esse conhecimento possa ser apropriado por todos que estejam presentes nas aulas.

Nesse sentido, os resultados ainda mostram que 40% dos graduandos adequam as suas metodologias para contemplar estudantes com necessidade de atenção especial. De acordo com as respostas alguns afirmaram incluir materiais de apoio para adaptar o conteúdo da aula com a metodologia utilizada. Também utilizaram as salas de Atendimento Educacional Especializado– AEE – para trabalhar com alunos cegos, surdos e com paralisia cerebral (Ver Imagem 01).

Imagem 01 – Mosaico de fotos de uma sala de Atendimento Educacional Especializado.



Fonte: Adriano Santos Medeiros, 2016.

No entanto 60% desses estagiários disseram não possuir aptidão para adaptar as metodologias utilizadas. Embora a maioria das escolas possuam materiais didáticos específicos para o Atendimento Educacional Especializado, esses estagiários, por motivos específicos, não os incluem nas metodologias utilizadas, como também não fazem uso de novas tecnologias. Um dos discentes afirmou não ter utilizado a Lousa digital por falta de conhecimento prático.

O fato relatado pelo discente entrevistado é uma situação que já ocorrera com outras pessoas. Durante o estágio vivenciamos acontecimentos semelhantes: falta de conhecimento dos materiais disponíveis; falta de acompanhamento prático; falta de treinamento para operar as tecnologias que está sempre se reinventando e sendo inseridas no espaço escolar; a própria grade do curso ainda se faz insuficiente na questão de proporcionar uma base mais sólida na temática da inclusão.

Os graduandos necessitam de um melhor respaldo quanto a importância que é incluir todos os estudantes nas atividades escolares. Precisamos também lembrar dos caminhos tortuosos percorridos pelas pessoas que não se adequavam ao padrão de normalidade, esse exigido pela sociedade, para reivindicar os que a maioria usufruíam. Portanto, é válido fazer ressalvas de dois momentos históricos que foram cruciais na luta pelos direitos de igualdade social: a Declaração de Salamanca e a Convenção da Guatemala.

Em 1994 a Declaração de Salamanca declarou aos estados participantes que para atingir os objetivos da plena igualdade e oportunidade a todos é necessário ter ações que visem:

O desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos em ambas as áreas rurais e urbanas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada – um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas - um programa extensivo de orientação e treinamento profissional - e a provisão de serviços de apoio necessários. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extra-curriculares”. (Declaração de Salamanca, 1994).

Reafirmando o empenho da luta pela inclusão, a Convenção da Organização dos Estados Americanos (Convenção da Guatemala), acontecido em 2001, decreta que os países participantes comprometam-se a “tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade [...]”.

O caminho para a inclusão e integração de alunos com necessidades especiais, dentro do sistema de ensino básico, ainda é uma tarefa que precisa de uma articulação entre as instâncias de educação formal. A universidade prepara o professor para que este esteja apto a desenvolver as funções e atividades atribuídas ao docente; a escola é um espaço heterogêneo que proporciona a verdadeira profissionalização docente

A educação é uma arma poderosíssima para diminuir as disparidades que involucram a nossa sociedade, sendo as escolas como principais representantes da educação formal. Em seus espaços internos acontecem o entrelaçamento de lutas sociais, engajando também, além dos agentes educativos, estudantes de graduação que buscam uma introdução ao cotidiano escolar.

Do ponto de vista de uma educação libertária, ideia muito veiculada por Paulo Freire¹, a escola, como instituição formal de ensino, no contexto contemporâneo “[...] constitui um espaço peculiar de formação básica cidadã, ao congregar diferentes conhecimentos e saberes produzidos e veiculados em diversos cenários educativos para que sejam trabalhados conjuntamente pelos alunos” (CAVALCANTI, 2013, p. 369), mas que também exerce uma função fundamental no desenvolvimento das habilidades dos estagiários na prática docente.

4. ALGUMAS CONCLUSÕES

Embora que estejamos longe de esgotar as reflexões acerca da temática trabalhada mas é necessário concluir a discussão apresentada. O estagiário ao iniciar seu período de regência, na maioria das vezes, não possui as habilidades e experiências necessárias para lidar com as diferenças entre os estudantes e planeja suas aulas, muitas vezes, sem pensar nas necessidades particulares de cada aluno.

Sabemos também que a grade curricular de Geografia tem como proposta desenvolver as habilidades adequadas para além da área específica, associando com os saberes pedagógicos e a ciência geográfica, isso em um espaço acadêmico propício, de acordo com o Programa Político Pedagógico do curso. Mesmo os esforços estando voltados a esses objetivos, algumas lacunas precisam ser preenchidas quanto à inclusão no ensino de Geografia.

Na primeira metade do curso são oferecidas disciplinas da área física e disciplinas específicas da licenciatura. No entanto o componente que trata com maestria a educação inclusiva (Seminário de Educação Inclusiva) é disponibilizado já no 6º período de curso, que é justamente quando os estagiários estão iniciando a sua 2ª etapa – Estágio Curricular Supervisionado II. É durante esse período que o estagiário necessita executar um projeto de intervenção nas escolas, escolhendo uma turma para sua aplicação.

Já nesse período supõe-se que, por ser um projeto de intervenção, é necessário haver alguma forma de interação com os alunos. Nesse momento existe a possibilidade do graduando elege uma turma que tenha aluno(s) com necessidade de atenção especial. Porém, em muitos casos, ao fazer a escolha o graduando não se atenta para a heterogeneidade que compõe aquela unidade do espaço escolar.

Outro problema encontrado na composição da grade curricular do curso de Geografia é em relação ao oferecimento da disciplina de Libras que só está disponível no último período

¹ Ver FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

do curso. Vale lembrar que, para além das metodologias, as aulas são expositivas, muitas vezes dialogadas, ou não, a qual é intermediada pelo estagiário. Para que aconteça o diálogo é indispensável que os integrantes conversem na mesma língua, ou que se tenha algum recurso para estabelecer a conversação entre as partes que não tenham domínio sobre a língua dos interlocutores.

Ainda nesse direcionamento, se os professores estagiários possuem domínio apenas da língua oral e se nas turmas escolhidas têm alunos surdos, mesmo sendo uma surdez moderada, não há possibilidades de um diálogo claro entre estagiário-aluno surdo. Embora as escolas tenham intérpretes de Libras, os mesmos não estão disponíveis em todas as aulas solicitadas, pois só é disponibilizado um ou dois intérpretes para todas as disciplinas.

Assim é preciso rever a atual proposta quanto à inclusão dos alunos especiais no sistema formal de ensino. Os estagiários são fundamentais no processo de desenvolvimento do aluno uma vez que são dois (02) anos de prática de estágio nas escolas. Em alguns casos o professor responsável pela disciplina se faz ausente em algumas aulas, deixando o estagiário atuar sem acompanhamento durante o acontecimento das aulas.

Nesse contexto, o curso de Geografia também deve se atentar às mudanças ocorridas no sistema formal de ensino e na sociedade como um todo. A modalidade licenciatura “possibilita o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e vivências que instrumentalizem uma prática docente ativa e reflexiva, ancorada num compromisso com a educação da sociedade atual e das gerações futuras” (BRASIL, 2011, p.14). Com isso, pensar numa grade curricular que melhor se adequa as necessidades atuais da escola é um horizonte capaz de melhorar a vivência dos diferentes sujeitos que participam ativamente das mudanças sociais.

A Geografia tem o poder de despertar a consciência crítica do estudante, fazendo com que se torne sujeito pensante e crítico quanto à sua realidade. Essa tarefa não está inerente apenas às pessoas que falam nossa língua e possuem as mesmas aptidões físicas que os demais ditos “normais”. Assim a sala de aula, visto sob a ótica dos estagiários, é um campo vasto de investigação. Através dos graduandos podemos elencar diversas alternativas, utilizar novas tecnologias, trabalhar junto à academia para produzir novos conhecimentos e encontrar caminhos que nos direcionem ao verdadeiro caminho da inclusão.

REFERÊNCIAS

Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>. Acesso em 07/06/17 às 14:30min.

BRASIL. **Censo escolar da educação básica 2016:** notas estatísticas.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC/SEEP, 2007.

BRASIL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Geografia Licenciatura.** Natal/RN, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Os conteúdos geográficos no cotidiano da escola e a meta de formação de conceitos. *In.* ALBUQUERQUE, M. A. Martins de; FERREIRA, J. A. de Sousa. **Formação, Pesquisas e Práticas Docentes:** reformas curriculares em questão. João Pessoa: Editora Mídia, 2013.

Convenção da Organização dos Estados Americanos. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em 10/06/17 às 10:41min.

CROZARA, Tatiane Fernandes. **Construção de material didático tátil e o ensino de Geografia na perspectiva da inclusão.** UFU: 2008.

Declaração de Salamanca. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/s>

FERNANDES, Sueli. **Metodologia da Educação Especial.** IBPEX: 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** – 60º ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GARCIA, Tânia Cristina Meira; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Ensino de Geografia: refletindo sobre a práxis e a identidade do professor. *In.* MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; GARCIA, Tânia Cristina Meira; SOBRINHO, Djanni Martinho dos Santos Sobrinhos. (Org.). **Educação geográfica: ensino e práticas.** Natal: EDUFRN, 2014. p. 11 – 30.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

PINHEIRO, Antônio Carlos; NASCIMENTO, Luiz Eduardo. Os constantes desafios da formação do professor de Geografia. *In.* MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; GARCIA, Tânia Cristina Meira; SOBRINHO, Djanni Martinho dos Santos Sobrinhos. (Org.). **Educação geográfica: ensino e práticas.** Natal: EDUFRN, 2014. p. 11 – 30.

SANTOS, Laudenides Pontes dos. A relação da Geografia e o conhecimento cotidiano vivido no lugar. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 16, n. 3, set./ dez. 2012. ISSN 2236-4994 I 107.

Data de Recebimento: 30/11/2018

Data de Aceite: 15/12/2018